Vereador Praça Jerônimo monteiro,70, centro Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5640 e-mail: leocamargo@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

Projeto de Lei n° /2023.

DISPÕE SOBRE Α OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, QUE POSSUAM EM SEUS QUADROS 60% (SESSENTA POR CENTO) OU MAIS DE FUNCIONÁRIOS DO SEXO MASCULINO, Α OFERECEREM, ANUALMENTE, PALESTRAS SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

O Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1ºAs empresas de grande porte do Município de Cachoeiro de Itapemirim, que possuem, em seus quadros, 60% (sessenta por cento) ou mais de funcionários do sexo masculino, ficam obrigadas a oferecer, anualmente, palestras sobre o tema violência doméstica.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se empresa grande porte aquela que possuir quantidade de funcionários superior a 100 (cem).

Art. 2ºAs palestras serão oferecidas anualmente, devendo, obrigatoriamente, abordar o tema violência doméstica.

Art. 3ºAs palestras serão oferecidas de forma que envolva todos os funcionários do sexo masculino da empresa.

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

**ICP** 

**LÉO CAMARGO** 



Praça Jerônimo monteiro,70, centro Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29300-170

Contato: +55 28 3526-5640 e-mail: leocamargo@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

4°A inobservância do disposto na Art. presente Lei acarretará:

I- notificação, estabelecendo prazo de 30 (trinta) dias para atendimento à determinação fixada nesta Lei; II- aplicação de multa no valor de 2.000 UFIRs (duas mil Unidades Fiscais de Referência) a cada nova notificação.

Art. 6º Para fins do cumprimento do disposto nesta Lei, as empresas poderão firmar convênio com universidades públicas e organizações da sociedade civil com notória atuação na defesa dos direitos da mulher.

**Art. 7º**A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **JUSTIFICATIVA**

A violência doméstica é um tema de extrema relevância, que atinge, de forma silenciosa, milhares de mulheres e crianças, adolescentes e idosos em todo o mundo, decorrente da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, assim como, a discriminação de gênero presente tanto na sociedade como na família.

Porém, sabe-se que esta questão não é recente, estando fases da história, presente em todas as mas, recentemente, no século XIX, com a constitucionalização dos direitos humanos, a violência passou a ser estudada com profundidade apontada diversos е por representativos da sociedade, tornando-se, assim, problema central para a humanidade, bem como, um grande desafio, discutido, estudado e enfrentado pela sociedade contemporânea, em várias áreas do conhecimento. No Brasil,

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

Portal da Câmara

**ICP** 

Praça Jerônimo monteiro,70, centro Cachoeiro de Itapemirim/ES CEP: 29300-170 Contato: +55 28 3526-5640

e-mail: leocamargo@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

este tema ganhou maior relevância com a entrada em vigor da Lei Federal n° 11.340, de 07 de agosto de 2006, também conhecida como "Lei Maria da Penha", resultado de uma condenação sofrida pelo Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos-CIDH/OEA.

A violência doméstica não é marcada, apenas, pela violência física, mas também pela violência psicológica, sexual, patrimonial, moral, dentre outras, que em nosso país atinge grande número de mulheres, as quais vivem estes tipos de agressões no âmbito familiar, ou seja, em casa, espaço da família que deveria ser "o porto seguro", passa a ser um local de risco para mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Por se tratar de um crime sem testemunhas, justamente por ser cometido dentro de casa, é importante conscientizar a população, especialmente aos homens, acerca da extensa proteção que a Lei Maria da Penha oferece as mulheres, buscando garantir que a Lei seja efetiva.

Segundo dados da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMVIDES -Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES, percebe-se que muitas mulheres ainda sofrem violência doméstica caladas, sem denunciar. E os fatores são vários, como vergonha e dependência emocional.

Sala das Sessões "Elias Moysés", 14 de Novembro de 2023.

Léo Camargo

Vereador - PL

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

Portal da Câmara